

Estratégia e política: de Marx à III Internacional¹

Strategy and politics: from Marx to the Third International

Daniel Bensaïd*

Resumo

O texto que se segue é uma tradução do artigo “Stratégie et politique: de Marx à la troisième internationale”, de Daniel Bensaïd, no qual são abordados os principais debates estratégicos do movimento operário, desde Marx e Engels até as II e III Internacionais. Escrito por ocasião do seminário “Marx au 21^{ième} siècle: l’esprit et la lettre”, de 2007, discute questões como a do caminho para a conquista do poder, a particularidade da contribuição de Lênin e as grandes hipóteses estratégicas do século XX (guerra popular prolongada e greve geral insurreccional), apoiando-se em uma reflexão sobre experiências revolucionárias concretas e seus debates.

Palavras-chave: classe trabalhadora; marxismo; estratégia política; revolução

Abstract

The following text is a translation of the article “Stratégie et politique: de Marx à la troisième internationale”, by Daniel Bensaïd, in which the main strategic debates of the workers’ movement are addressed, from Marx and Engels to the II and III Internationals. Written on the occasion of the seminar “Marx au 21^{ième} siècle: l’esprit et la lettre”, 2007, it discusses questions such as the path to the conquest of power, the particularity of Lenin's contribution and the great strategic hypotheses of the 20th century (prolonged popular war and insurrectional general strike), based on a reflection on concrete revolutionary experiences and their debates.

Keywords: working class; Marxism; political strategy; revolution

¹ [N.T.]: apresentado originalmente no Seminário “Marx au 21^{ième} siècle: l’esprit et la lettre” em 19 de maio de 2007. Foi publicado originalmente em texto em Bensaïd, Daniel. *La politique comme art stratégique*. Paris: Syllepse, 2011. Sempre que possível, as respectivas publicações em português foram acrescentadas às referências. [N.E.]: Nas ocasiões em que não foi possível utilizar publicações em português, as referências incompletas de Bensaïd estão acompanhadas das publicações obtidas no mapeamento bibliográfico feito pelos editores da *Historical Materialism*, v. 28, n. 3, 2020. Agradecemos a Ugo Palheta pela autorização para publicar a tradução.

* Professor de Filosofia da Universidade de Paris VIII, falecido em 12 de janeiro de 2010. Traduzido por Pedro Gava.

Introdução

Em Marx e Engels, a questão estratégica está pouco desenvolvida. Existe um hiato entre a atenção que eles dão à espontaneidade social e às suas invenções (atenção para a extensão de sua desconfiança em relação ao voluntarismo blanquista e ao culto conspirativo da ação minoritária) e um pensamento estratégico por vezes reduzido a seu aspecto diretamente militar, pelo qual se apaixonava não somente Engels, mas também Marx em seus artigos sobre a Guerra de Secessão ou a Guerra da Criméia. Engels chega mesmo a evocar a revolução como “um fenômeno puramente natural comandado por leis físicas” (Marx; Engels, [1851]1982)².

A questão estratégica emerge então de modo intermitente, em estreita relação com os momentos de intensidade revolucionária (revoluções de 1848, Comuna de Paris). O enigma da metamorfose do “nada” em “tudo” – de uma classe explorada, dominada e mutilada pelo trabalho em classe hegemônica capaz de mudar o mundo – parece resolvido por uma aposta sociológica no fato de que o crescimento e a concentração do proletariado provocariam mecanicamente uma elevação de sua consciência coletiva e um progresso de seus modos de organização.

A intermitência da organização política, que Marx também chama de “partido efêmero”, para distingui-lo do “partido histórico” que não seria nada mais que o movimento de autoemancipação da classe enquanto tal, aparece como a consequência de intermitências da ocasião revolucionária. É por isso que Marx defendeu por duas vezes a dissolução de partidos que ele havia contribuído para fundar, a Liga dos Comunistas em 1852 e a Associação Internacional dos Trabalhadores [AIT] em 1874:

Te farei observar que depois que a Liga (dos Comunistas) foi dissolvida, sob minha demanda, em novembro de 1852, eu não pertenci nem pertencerei a nenhuma organização secreta ou pública, ou seja, o partido no sentido totalmente efêmero do termo, deixou de existir para mim há 8 anos. Além disso, tentei evitar esse mal entendido que fez com que se entendesse por partido uma Liga morta há 8 anos ou uma redação de jornal dissolvida há 12 anos. Então, quando falo de partido, eu entendo o termo partido em seu sentido amplo, histórico (Marx; Engels, [1860]1985)³.

Em outras palavras, é necessário saber se desfazer de um partido supostamente revolucionário quando a derrota o transforma em um “viveiro de escândalos e baixarias”.

Quanto a Engels, é assim que ele comenta, numa carta a Becker⁴, a dissolução da AIT após o esmagamento da Comuna e a reação que se seguiu:

De resto, a Internacional continua efetivamente a subsistir. A ligação entre os operários revolucionários de todos os países, na medida em que possa ser eficaz, segue... e eu não vejo como o reagrupamento de todos estes pequenos centros em torno de um centro principal poderia dar uma nova força ao movimento; isso não faria mais que aumentar os atritos. Entretanto, quando chegar o momento, será importante reunir as forças por todas estas razões, será necessária uma longa preparação (Marx; Engels, [1882]1992).

² Carta a Marx, fevereiro de 1851.

³ Carta a Freiligrath, 1860.

⁴ Carta a Becker, de 10 de fevereiro, 1882.

Engels recomenda então não “desonrar” esta necessidade com a reconstituição prematura de uma “Internacional oficial”, reduzida por força das circunstâncias a uma sociedade de propaganda. A oposição entre “Internacional oficial” e “Internacional de fato” prolonga a distinção de Marx entre partido efêmero e partido histórico.

No início do século XX, o jovem Trótski e Rosa Luxemburgo continuaram em grande medida tributários deste determinismo sociológico. Para Trótski, “os interesses do proletariado [são] tão poderosos e inelutáveis que finalmente o obrigam a trazê-los para o seu campo de consciência, ou seja, a fazer da realização de seus interesses objetivos seu interesse subjetivo”. Perigosa dialética do objeto e do sujeito, do em-si e do para-si! Que desemboca em um verdadeiro credo: “a fé no destino revolucionário da classe operária [e] na recepção inevitável das ideias revolucionárias como aquelas que melhor convém ao movimento histórico do proletariado” (Trótski, [1904]1979). Trata-se aqui de um ato de fé no sentido da história. Do mesmo modo, para Rosa Luxemburgo, a social-democracia nada mais é que “o movimento próprio da classe operária”, fórmula afinal bastante próxima daquelas do *Manifesto do Partido Comunista*.

1. Debates fundacionais

Os debates estratégicos fundacionais, portanto, tomam forma no início do século XX nas fileiras da grande social-democracia alemã. O Estado parlamentar torna então a luta política mais complexa e parece abrir, graças ao sufrágio universal, uma perspectiva de conquista gradual do poder: torna-se assim imaginável que a maioria política (eleitoral) termine por se juntar, como François Mitterrand repetiria na noite de sua primeira eleição à presidência, à maioria social. Essa perspectiva traduz e mantém a ilusão de uma homogeneidade ou de uma continuidade entre o político e o social. De outro lado, o período de crescimento do capitalismo desmente as ilusões de seu colapso inevitável. Enfim, o crescimento do proletariado não leva ao desaparecimento das classes médias (da pequena-burguesia), que renasce incessantemente.

Eduard Bernstein extrai diversas consequências disso. De partida, aquela de uma longa marcha pelas instituições como via de acesso ao exercício do poder. Em seguida, a de uma continuidade ideológica entre liberalismo e socialismo: “Não há uma ideia liberal que não pertença ao mesmo tempo às ideias socialistas”. Ele relativiza, como consequência, a questão da propriedade, em todo caso crucial desde o nascimento do movimento socialista, em prol de uma simples regulação jurídica das relações sociais: “A menor lei de fábrica contém mais socialismo que qualquer nacionalização”. Ele extrai disso, por fim, a conclusão lógica: “Lá, onde o Estado é menos rentável, é preciso favorecer o privado”. Foi quase tão bonito quanto o que disse Rocard em 1977, diante do Fórum patronal de *L'Expansion*, ou Ségolène Royal. Este socialismo parlamentar repaginado dá uma nova importância à questão das alianças de classes – especialmente no terreno eleitoral – e diminui, por outro lado, a importância da espontaneidade operária.

A partir do momento em que o movimento é tudo, e o objetivo nada, essa visão deixa pouco espaço para a questão estratégica. Já é então a “força tranquila” que avança – sem ruptura! –, a passo de senador, pela via romana da história.

Angelo Tasca falou, a este respeito, de um “socialismo fora do tempo”, sem metas nem prazos, sem soluções de continuidade nem mudanças de ritmo. No entanto, o tempo estratégico é precisamente um tempo quebrado, “kairótico”, escandido por

instantes propícios e oportunidades que é necessário aproveitar, totalmente o contrário, portanto, de uma duração uniforme, “homogênea e vazia”.

Diante do que apareceu como uma grave revisão da ortodoxia, Kautsky se apresentou como o campeão contra Bernstein. Lênin, todavia um virtuoso da “leitura sintomal”, fez de *O caminho do poder* (Kautsky, [1909]1979) seu livro de cabeceira. Declarou-se em perfeito acordo e permaneceu cego a elementos que, quando se conhece sua lógica própria, deveriam ter lhe aparecido como absurdos:

O Partido Socialista é um partido revolucionário. Não é um partido que faz revoluções. Sabemos que nosso objetivo só pode ser alcançado por uma revolução, mas sabemos também que não depende de nós fazer uma revolução, nem de nossos adversários a impedir. Não sonhamos, então, inutilmente, em provocar ou preparar uma revolução. E como não podemos fazer uma revolução pela vontade, não podemos dizer nada sobre quando e sob que forma ela se realizará (Kautsky, [1909]1979).

Que não se pode decretar uma revolução, ou qualquer outro acontecimento, nem desencadear pela mera vontade um levante de massas, isso é de bom senso. Supor que os adversários não tenham nenhum meio de a impedir já é muito mais imprudente e excessivamente tranquilizador, como os golpes de Estado na Indonésia (1965) e no Chile (1973) cruelmente nos lembraram: deter o poder de Estado e seus órgãos repressivos permite aos dominantes em uma situação crítica tomar a iniciativa e esmagar desde o início uma revolução nascente. É uma das consequências estratégicas elementares da assimetria entre dominados e dominantes. Se é verdade dizer, como Kautsky, que não se “faz” uma revolução pela mera vontade, por outro lado, é fortemente discutível concluir disso, como ele faz, que nós não poderíamos então prepará-la e nos prepararmos para ela.

É esta posição passiva que lhe valeu, por parte de seus opositores, no caso por Pannekoek, a característica pertinente de “radicalismo passivo”. Para Kautsky, a revolução se limita de fato a “um deslocamento de forças no Estado” e à “conquista de poderes públicos”. A ditadura do proletariado, que ele reivindica de maneira ortodoxa, se reduz então à ocupação “de uma posição dominante no Estado” e à “expressão da hegemonia política do proletariado”. A conquista do poder significa a ocupação do Estado e das instituições existentes, na medida em que, embora o Estado moderno permaneça um “instrumento de dominação de classe”, suas funções sociais aumentam, provocando por outro lado a reação manchesteriana (liberal) contra o Estado social nascente: “A ação econômica do Estado moderno é a origem natural da evolução que conduz à sociedade socialista” (Kautsky, 2004, pp. 130 e 134). Trata-se então de transformar o Estado em uma “grande cooperativa econômica” de acordo com uma “necessidade implacável da evolução econômica”. Neste grande Estado moderno, não pode se tratar de tornar o parlamento supérfluo, mas antes de lhe corrigir a ação em certos casos particulares: “Enquanto existir o Estado moderno, o centro da ação política será sempre o parlamento”, e na república parlamentar a questão política crucial é a do sufrágio (*Ibidem*, p. 217).

Diferente de Bernstein, Kautsky relativiza a questão das alianças ao apostar no crescimento orgânico da massa operária que se tornaria “cada vez mais numerosa e poderosa”. Mas rejeita também o anarquismo como uma “utopia proletária” que “de-

semboca cedo ou tarde em um sindicalismo puramente corporativo ou em um corporativismo antipolítico”. Defende ainda uma “desconfiança total em relação a todos os partidos burgueses”, erigindo-se como guardião de um “socialismo puro” para o qual a lógica do progresso e a vitória prometida no “happy end” garantido da história poupariam os riscos. Seria suficiente então se entregar pacientemente a uma acumulação passiva de forças: “É necessário manter nossa pólvora seca para a próxima grande batalha” – isto é, para as próximas eleições para o Reichstag! Diferente de Kropotkin, que supunha que “o povo sente sempre corretamente a situação”, Kautsky desconfia por consequência das multidões em sua espontaneidade confusa, vulneráveis às provocações suscetíveis de perturbar a marcha tranquila nos caminhos do poder: “A massa só pode realizar ações que não duram mais que algumas horas, e só podem ser atos de destruição”; de sorte que a ação de massas pode vencer, “mas não pode colher os frutos da vitória” (Kautsky, 1983)⁵.

A controvérsia sobre a greve geral ilustra estas reticências. Diante das greves belgas e russas do início do século, Rosa Luxemburgo rapidamente compreendeu que havia ali a manifestação de uma energia social capaz de perturbar a inércia conservadora dos aparelhos. Diferente dos monges sindicais, claramente hostis a estes movimentos espontâneos, Kautsky adota uma posição mediana, que opõe a greve geral “coercitiva” ou ofensiva (russa ou oriental) à greve geral simplesmente “demonstrativa”, último recurso defensivo diante de um adversário que não jogaria mais o jogo. Pois “uma greve de massas política – coercitiva – e uma luta eleitoral se excluem totalmente uma à outra” (Kautsky, 1910a). Na ausência de direitos políticos, a greve era na Rússia o único meio de protesto, e ela representava em si uma vitória, mas na Alemanha os socialistas dispunham de outros meios, de modo que a greve seria “a última arma que permite dar o golpe decisivo”, chegado o momento (Kautsky, 1910b)⁶.

Não é surpreendente então que o termo evolução retorne sem cessar em sua formulação. Ele expressa uma inabalável confiança na teleologia histórica associada ao determinismo econômico: a agonia catastrófica do capitalismo é “necessária” e “inevitável”. A Comuna de Paris, por outro lado, teria fornecido a prova de que os tempos “da aniquilação estavam provisoriamente ultrapassados” (Kautsky, 1910c). Esta estratégia ultrapassada, cujo termo é emprestado da grande história militar de Delbrück, poderia ainda valer lá onde os transportes são pouco desenvolvidos e onde predomina uma grande metrópole urbana. Kautsky retoma assim, por sua conta, o famoso prefácio de Engels de 1895 a *Lutas de classe na França*, para defender uma “estratégia de desgaste”, correspondente ao sufrágio universal. Engels não pensa, entretanto, que o desgaste possa dispensar a luta final⁷. Insistindo na detenção, pelo Estado moderno, de um monopólio sobre as armas eficazes e refletindo sobre “a arquitetura

⁵ Nesta desconfiança repulsiva de Kautsky em relação à espontaneidade e à improvisação ou aos instintos da multidão, há ecos que lembram a *Psicologia das multidões* de Le Bon, ou ainda a *Psicologia dos crimes das multidões e das massas* de Sighele.

⁶ Por outro lado, Kautsky permanece então completamente ortodoxo no que concerne ao programa econômico: “Se se quer substituir a propriedade privada capitalista pela propriedade cooperativa dos meios de produção”, é necessário dar um passo a mais que os anarquistas e os liberais, “é necessário ir até a supressão da produção mercantil” pela reunião em uma só grande cooperativa (ou seja, um planejamento).

⁷ Assim como a lógica da hegemonia em Gramsci não elimina a prova de força e a ruptura revolucionárias. Cf. Perry Anderson (1978).

das cidades modernas”, Engels teria pretendido falar a seus herdeiros sobre “a impossibilidade de uma insurreição armada”: o tempo dos “golpes de mão” e “das revoluções executadas por minorias à frente de massas inconscientes” estava dali em diante ultrapassado (Kautsky, 1914). A massa organizada dispõe no presente de suas próprias instituições, ainda que fosse provavelmente impossível organizar a totalidade da população no quadro do modo de produção capitalista.

A referência à guerra de desgaste ou de posição, em contraste com as insurreições de rápida decisão, coloca a ênfase sobre a dimensão da duração:

O destino de uma Revolução social não pode ser decidido em um só golpe [...]. As revoluções se preparam nas lutas políticas e econômicas que duram dezenas de anos; elas prosseguem através de alternâncias, de mudanças contínuas na força das classes e dos partidos, e são frequentemente interrompidas por longos períodos de reação (Kautsky, 2004).

É então Kautsky quem, antes de Gramsci, introduz o vocabulário militar no debate do movimento operário a partir da oposição entre guerra de desgaste e guerra de aniquilação: diante do Estado moderno, a questão seria enfraquecer e desgastar o adversário, e se colocar em situação de legítima defesa. Esta estratégia sonha com a possibilidade de não ter jamais de dar a batalha.

É assim que a guerra mundial e o fascismo serão de início percebidos como simples parênteses (desvios ou contratempos) no caminho retilíneo do progresso, na sua escada em que se sobe e jamais se desce, como já ironizava Péguy. É este quietismo histórico que Walter Benjamin acusa, em seu comovente testamento filosófico, de ter adormecido a vigilância revolucionária diante dos perigos:

Nada corrompeu mais o movimento operário alemão do que a convicção de nadar com a corrente [...]. Em sua teoria, e mais ainda em sua prática, a social-democracia foi guiada por uma concepção de progresso que não se vinculava ao real, mas emitia uma pretensão dogmática.

Este progresso, “tal como ele era retratado na cabeça dos social-democratas”, foi antes de tudo um progresso da humanidade enquanto tal e não simplesmente de seus conhecimentos e de suas capacidades; foi também um progresso ilimitado, respondendo a um dogma da perfectibilidade também toda ilimitada; foi enfim um progresso irresistível e irreversível, inscrito em “um tempo homogêneo e vazio”.

O que Benjamin não precisou foi que uma crítica comparável já poderia ser dirigida ao movimento comunista stalinizado e burocratizado (Benjamin, 1994, pp. 227-229).

Desde a polêmica de 1902 em torno de *Reforma e revolução*, Rosa Luxemburgo compreendeu o desafio e o perigo do conservadorismo do aparelho na política. Ela percebeu depois a espontaneidade operária como um antídoto: “1905 abre uma nova época para o movimento operário” graças à irrupção de um elemento novo, “a manifestação da luta proletária na revolução”. A greve geral não é então, para ela, um último recurso defensivo, mas a irrupção que torna pensável uma estratégia revolucionária. Kautsky lhe concede então a distinção entre “greve geral russa” e “greve geral ocidental”, que concretiza a diferença paradigmática entre Oriente e Ocidente⁸.

⁸ Distinção banal em Lênin, Trótski, Radek e Gramsci.

Para Rosa, a oposição entre guerra de desgaste e de aniquilação é formal, e a oposição entre a Rússia asiática e a Europa parlamentar muito abrupta. Mas, alguns anos mais tarde, é o holandês Anton Pannekoek que faz um escândalo ao afirmar que não se trata de conquistar os poderes públicos, ministério após ministério, mas antes de quebrar o aparelho de Estado⁹. Este debate retorna, à luz do traumatismo de agosto de 1914, com um artigo de Bukharin recebido em um primeiro momento com incredulidade por Lênin¹⁰. Pannekoek insiste sobre a época do imperialismo, sobre a importância da corrida armamentista, sobre o aumento da pressão fiscal que joga a classe operária para a defensiva. Destaca a superioridade cultural e organizacional das classes dominantes por meio do controle do poder de Estado, enquanto, “em seu próprio ser, a organização do proletariado é algo de intelectual que representa uma transformação total da identidade de trabalhadores” (Pannekoek, 1912). A eliminação da dominação de classe só é então possível

porque existe um poder popular permanente, que se constrói passo a passo e de modo inexorável, até o ponto em que sua força será tal que esmagará o poder de Estado da burguesia e o dissolverá por completo.

Antes, bastava que uma parte das classes populares “se amotinasse na capital”, agora uma minoria agitadora pode incitar setores cada vez mais amplos, mas Kautsky ignora a composição social específica das classes modernas, o que o leva, ao erigir em sistema a “velha tática provada”, a desenvolver uma teoria da “expectativa passiva” e do “radicalismo passivo” opostos à atividade revolucionária.

Kautsky lhe responde que, em um contexto de aumento dos conflitos, “o elemento cataclísmico da situação” reside na combinação da ação de um proletariado organizado com a de grandes massas desorganizadas. Para Pannekoek, as massas, que eram ainda há pouco burguesas, se tornam proletárias, mas o instinto de classe não vai sempre na direção certa. Ele não dispõe, no entanto, de uma teoria da ideologia, do fetichismo, da reificação, que lhe permitiria compreender que só se sai do círculo vicioso da reprodução da relação social pela ruptura com a temporalidade homogênea e linear, por um pensamento das crises e das situações revolucionárias.

Para Anton Pannekoek, a nova tática se limitava a preconizar que “a direção do partido organiza a revolução”. Superando a controvérsia entre anarquistas e social-democratas (ou pretendendo fazê-lo), sugere ao mesmo tempo “tomar o poder de Estado e destruí-lo”. Mas o que se trata, de fato, de destruir? A centralização? Mas a velha Liga dos Comunistas de 1848 queria exatamente o contrário... Suprimir a administração? Ou antes elegê-la...? E quais ministérios suprimir? Para Kautsky a questão realmente não é a destruição do poder de Estado, mas antes a afirmação “de uma preeminência” do legislativo sobre o executivo e o judiciário, e a democratização do sistema eleitoral pela eliminação das câmaras altas, “mas jamais, nunca, este processo pode desembocar na destruição do poder de Estado, mas sempre em um deslocamento das relações de força no interior do poder de Estado” (Kautsky, 1912, p. 371). Contra o “cretinismo da ação de massa”, a via majestosa permanece então a conquista da maioria parlamentar.

⁹ Em seus artigos de 1910 e 1912 na *Neue Zeit*.

¹⁰ Ver Marian Sawer (1977).

Para Pannekoek, ao contrário, a revolução social havia sido apresentada, até então, como um objetivo “a uma distância inacessível”. O reformismo estava absorvido pela ação sindical e parlamentar, enquanto, “para nós, a revolução é um processo que, desde suas primeiras fases, permite ir em frente”. Nesta perspectiva, o partido é um “transformador de energia”, que realiza ações revolucionárias (Pannekoek, 1978). O erro de Kautsky é sua incapacidade de conceber a transição como processo dialético. Ele conseqüentemente reduz o partido a um papel de pedagogo que educa e organiza o proletariado, em vez de alguém que toma iniciativas:

Desenvolver a organização, arrancar todas as posições que podemos conquistar por nossas próprias forças, que podemos ter, estudar o Estado e a sociedade, educar as massas: não podemos nos atribuir e atribuir a nossas organizações, de modo consciente e metódico, outras tarefas hoje. Podemos refletir sobre o imprevisível, mas não podemos antecipar o futuro tomando de antemão decisões de caráter tático (Kautsky, 1914, p. 281).

O espírito de Erfurt procurou juntar o movimento operário real e a doutrina socialista que nasceram separadamente:

O socialismo e a luta de classes surgiram paralelamente e não engendram um ao outro; eles surgem de premissas diferentes. A consciência socialista, hoje, só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico [...]. Em todo caso, o portador da ciência não é o proletariado, mas os *intelectuais burgueses* (destacado por Kautsky). Assim, portanto, a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussen Hineingetragenes*) da luta de classes do proletariado e não algo que surge espontaneamente (Kautsky, 1901-2, p. 79).

Lênin cita esta página com aprovação. Mas, vinte páginas depois, ele a parafraseia dizendo completamente outra coisa:

A consciência política de classe só pode ser transmitida ao operário do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se pode extrair este conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si [...]. Para transmitir aos operários os conhecimentos políticos, os social-democratas devem ir a todas as classes da população, devem enviar em todas as direções destacamentos de seu exército... (Lênin, 2004, pp. 81 e 123).

Esta interpretação (bastante) livre é, de fato, coerente com sua compreensão das especificidades da luta política, irredutível à mera reivindicação social.

Saudado por Trótski como “eclético genial”, Jaurès desenvolve sua concepção de socialismo revisitando a herança da revolução francesa, mas também ecoando a controvérsia alemã. Princípio de organização da sociedade, a república é concebida como uma república social levada até o fim (Antonini, 2004). Sua tese doutoral já tinha sido dedicada às relações entre Estado e propriedade. A crítica luterana da usura prefigura, a seus olhos, a crítica socialista do “poder reprodutivo do dinheiro abandonado por si mesmo”. Disso resulta um “socialismo moral”, herdeiro da crítica cristã do dinheiro, e uma reabilitação do Estado como contrato racional e alavanca necessária da emancipação política:

Os direitos políticos e econômicos de cada cidadão não podem ser reconhecidos fora do Estado e do contrato social; portanto, o individualismo e o socialismo não se opõem, mas se unem e se conciliam (*Ibidem*, p. 71).

Entre socialismo de Estado e coletivismo subsiste, no entanto, um abismo: o primeiro é, de fato, “um capitalismo de Estado nos serviços públicos”, enquanto o socialismo é “a intervenção da sociedade nas relações econômicas que criam entre os homens a existência da propriedade”; o coletivismo é então o único meio de “restabelecer e universalizar a propriedade pessoal” no quadro da “soberania econômica da nação”.

Jaurès adere assim à perspectiva de afinamento do Estado, à medida que a função pública se torna “função social”. Reivindica a Constituição de 1793 e considera que tudo o que, nas constituições modernas, se afasta dela constitui uma concessão ao espírito de desconfiança conservadora e de privilégio onde sobrevivem os hábitos monárquicos. Enquanto para Rosa Luxemburgo a democracia burguesa não é mais do que uma “democracia imaginária abstrata”, ele se propõe a “enxertar a revolução proletária na revolução democrática burguesa”. Como bom cartesiano, ele concebe o “método socialista” como um método científico que “compreende a lei da evolução e impõe a todo pensamento revolucionário um longo período de preparação econômica e política”. “Evolucionário”, tanto ou mais do que revolucionário, o objetivo visado é para ele sempre pré-formado, e a transformação social pressupõe uma “ideia prévia da justiça e do direito”, um “ideal preconcebido perseguido pela humanidade”. Ele censura consequentemente em Blanqui, mas também em Marx e Engels, uma concepção conspirativa, ainda burguesa, de revolução, que manteria o proletariado em uma situação subalterna. É por isso que o *Manifesto do Partido Comunista* pertence ainda ao “período da utopia”: é “uma quimera esperar que o comunismo possa ser enxertado na revolução burguesa”. Ele não subscreve, entretanto, a orientação de Bernstein que lhe parece “dissolver nas brumas do futuro o objetivo final do socialismo” (*ibidem*, p. 187).

Apesar dessas críticas, Jaurès permanece discreto e evasivo na controvérsia estratégica. Durante a polêmica sobre a participação do socialista Millerand em um governo burguês, ele considera, com Kautsky, a questão como tática, enquanto para Rosa Luxemburgo o Estado republicano é a forma prática da hegemonia burguesa.

2. Revolução na revolução

Durante a controvérsia alemã, Lênin permanece fiel à ortodoxia incarnada por Kautsky, contra o revisionismo de Bernstein, mas também contra o radicalismo de Rosa Luxemburgo. Entretanto, sua própria abordagem o envolve em uma problemática muito diferente, o que ele próprio levará bastante tempo para compreender. Contra o economicismo que predomina no nascente socialismo russo, ele insiste bem cedo na necessidade de uma “ampla campanha política de denúncia da autocracia”. Afirma-se assim um primado da política contra os limites corporativos de uma visão estreita dos interesses de classe. Trata-se, para ele, de uma ideia-força cuja lógica é reencontrada na polêmica de 1921 contra a Oposição Operária. Para enfrentar o despotismo czarista no nível da organização estatal de sua dominação, as lutas econômicas locais não são suficientes, é necessário “um partido para toda a Rússia”. Sua crítica da espontaneidade (*stikhiinost*, em russo, entretanto, significa tanto desorganização

como espontaneidade) parece então se assemelhar às reticências de Kautsky em relação aos movimentos de multidão improvisados:

É completamente possível e historicamente provável que a autocracia tombe sob a pressão de uma destas explosões espontâneas ou complicações inesperadas que a ameaçam sem cessar de todos os lados. Mas, a menos que se caia no aventureirismo, nenhum partido político pode fundamentar sua atividade exclusivamente na espera de tais explosões e complicações. Devemos seguir nossa própria via, quanto menos especularmos sobre as oportunidades imprevisíveis, menos risco haverá de que uma virada histórica nos pegue desprevenidos (Lih, 2005, p. 310).

Até a guerra, Lênin permaneceu, portanto, um kautskista aparentemente ortodoxo. Será necessário o choque do voto dos créditos de guerra (que, em um primeiro momento, ele teve dificuldade de acreditar) para que ele tome consciência da fratura que havia se produzido entre sua própria abordagem estratégica e a orientação majoritária da II Internacional. Em *A falência da II Internacional*, a noção de “crise revolucionária”, amadurecida desde 1905 ao longo de seus artigos, assume então todo seu significado. Ela está em relação lógica com as de conjuntura e situação que singularizam politicamente o momento oportuno e quebram a linearidade temporal do socialismo fora do tempo: a luta tem seus próprios ritmos, batimentos e pulsações. É, portanto, o choque traumático de agosto de 1914 que faz o pensamento estratégico de Lênin saltar, dando um passo decisivo e conferindo-lhe sua coerência em diversas reflexões teóricas: uma tomada de consciência repentina a respeito da bancarrota socialdemocrata e de suas causas (formação de uma aristocracia operária, conservadorismo burocrático dos aparelhos, atolamento nas rotinas parlamentares); elaboração do conceito de imperialismo como sobredeterminação mundial das formações sociais nacionais; reexame da questão do Estado, que encontrará seu desfecho em *O Estado e a revolução*; redescoberta, registrada em seus *Cadernos filosóficos*, da dialética com a leitura da *Grande Lógica* de Hegel¹¹.

É neste contexto que Lênin sistematiza a noção de crise revolucionária, que guiará sua abordagem entre fevereiro e outubro de 1917. Ela permite quebrar o círculo vicioso da submissão e torna enfim concebível a tomada do poder por uma classe submissa a todas as dominações (inclusive ideológica), enquanto se rompe a rotina da reprodução social. A descrição geral é conhecida: a crise surge quando os de cima não podem mais governar como antes...; quando os de baixo não suportam mais...; quando os do meio hesitam e oscilam para o campo da revolução... Estes três elementos são estreitamente interdependentes. Uma crise revolucionária é, portanto, uma crise política, e não o simples prolongamento de uma luta reivindicativa ou corporativa, mesmo que puramente operária. É uma “crise nacional” do conjunto das relações sociais (Lênin insiste sobre isso repetidamente). Ela está estreitamente associada a um outro conceito estratégico essencial, o de dualidade de poder entre duas legitimidades antagônicas. Uma tal situação só é concebível se surgem instrumentos que começam a realizar melhor ou de outro modo as funções que o velho aparelho de Estado paralisado, em vias de deslocamento, não consegue mais realizar.

¹¹ Ver Michael Löwy (1971).

É necessário ainda que as novas formas se mostrem não apenas mais democráticas, mas mais eficazes para realizar as funções necessárias para a vida cotidiana da maioria da população. A crise nacional implica, portanto, a questão da hegemonia.

Para que a crise possa resultar em um desenlace vitorioso, é necessário ainda que aos três elementos enumerados por Lênin se junte um quarto: um projeto consciente e uma força capaz de iniciativa – de decisão¹². O partido, então, não é mais o pedagogo kautskiano, cuja tarefa se limita a tornar consciente a experiência inconsciente e esclarecer o caminho já traçado da história. Ele se torna um operador estratégico capaz de aproveitar o momento propício, de organizar, se necessário, uma retirada em boa ordem, de tomar a iniciativa do contra-ataque e de passar à ofensiva, de tomar decisão em relação aos fluxos e refluxos da luta de classes. Se a revolução é sobretudo um levante social, sua sorte se decide política e militarmente, em uma conjuntura em que as horas contam como meses e os dias valem por anos. É por isso que é necessário “preparar” (contrariamente ao que afirmava Kautsky) a revolução, construindo um coletivo capaz de agir nas situações extremas, sem ficar paralisado no primeiro teste, sem se dividir diante do primeiro obstáculo. O que permite decidir e agir não é a simples acumulação passiva de forças e a mera boa educação dos quadros do partido, é a qualidade dos laços tecidos com o movimento social e a legitimidade política e moral de sua direção¹³.

Uma estratégia revolucionária centrada nas noções de crise revolucionária e de dualidade de poder implica, portanto, uma concepção de partido bastante diferente da tradição erfurtiana. Esse partido não é mais simplesmente o produto do crescimento social e da maturidade do proletariado. Ele age para modificar as relações de força e tecer as alianças necessárias. Dito de outro modo, ele faz política. O pensamento estratégico de Lênin se distingue assim radicalmente do pensamento mecânico e esquerdista da “teoria da ofensiva”. Isso se verificará uma vez mais no balanço que ele fará da ação desastrosa de março de 1921 na Alemanha e na crítica a seus inspiradores por terem interpretado a “atualidade da revolução” não em um sentido de época, mas em um sentido imediato e permanente. Eles não refletiram em termos de ciclos econômicos, ciclos de experiência, de fluxo e refluxo das lutas (e da consciência), mas segundo uma linearidade temporal, simétrica à do reformismo parlamentar a passo de tartaruga. O tempo se tornou para eles tão irreversível quanto a acumulação eleitoral. A estratégia acabou então por se reduzir a uma ofensiva permanente fora do tempo, no terreno organizacional, político e militar, junto a uma concepção evolucionista do movimento operário¹⁴.

¹² Ver Bensaïd (2003).

¹³ Lênin retorna à noção de crise revolucionária em *A doença infantil do comunismo*. Cf. Lênin (2014).

¹⁴ Ver o balanço da insurreição de Reval em Hans Neuberg (1970). A concepção evolucionista do movimento operário que percorre, como a humanidade, uma escala de idades, da pequena infância à maturidade, à qual corresponderiam formas de organização específicas, foi compartilhada em graus diversos por Görter, Pannekoek, Bordiga, os dirigentes do KPD na Alemanha, Zinoviev, Bela Kun e Rakosi na IC.

Face aos “economicistas” que são o objeto da polêmica, Lênin cita elogiosamente em *Que fazer?* um artigo de Kautsky publicado na *Neue Zeit*¹⁵ sobre o novo programa do partido social-democrata austríaco. Esse texto se inscreve na estrita lógica erfurtiana, de fusão entre a realidade do movimento operário e a doutrina socialista:

O socialismo e a luta de classes surgiram paralelamente e não engendram um ao outro; eles surgem de premissas diferentes. A consciência socialista, hoje, só pode surgir sobre a base de um profundo conhecimento científico. De fato, a ciência econômica contemporânea é tanto uma condição da produção socialista quanto a técnica moderna, por exemplo, e apesar de todo o seu desejo o proletariado não pode criar nem uma nem outra; ambas surgem do processo social contemporâneo. Em todo caso, o portador da ciência não é o proletariado, mas os intelectuais burgueses [...] e é por eles que ela é transmitida aos proletários intelectualmente mais evoluídos. Assim, portanto, a consciência socialista é um elemento importado de fora (*von Aussen Hineingetragenes*) da luta de classes do proletariado e não algo que surge espontaneamente¹⁶.

Kautsky defende assim a autonomia relativa da teoria e o papel pedagógico do partido, reivindicando a relação desigual entre educador e educado.

Ao citá-lo como testemunha de sua própria causa, contra as correntes economicistas de seu partido, Lênin se protege atrás de uma autoridade então incontestada. Trinta páginas adiante, no entanto, ele transforma (conscientemente ou não) os termos e o sentido do texto:

A consciência política de classe só pode ser transmitida ao operário do exterior, isto é, do exterior da luta econômica, da esfera das relações entre operários e patrões. O único domínio onde se pode extrair este conhecimento é o das relações de todas as classes e categorias da população com o Estado e o governo, o domínio das relações de todas as classes entre si [...]. Para transmitir aos operários os conhecimentos políticos, os social-democratas devem ir a todas as classes da população, devem enviar em todas as direções destacamentos de seu exército. Se escolhermos esta fórmula angular, se nossa linguagem é afiada e simplificada de propósito, não é de modo algum pelo prazer de enunciar paradoxos, mas para incitar os ‘economicistas’ a pensar sobre as tarefas que eles desdenham de modo tão imperdoável, sobre a diferença entre a política sindical [*trade-unioniste*] e a política social-democrata que eles se recusam a compreender.

Esta passagem relembra claramente o contexto e o problema da polêmica com os economicistas. Parafrazeando Kautsky, e sem nenhuma dúvida convencido de lhe ter sido fiel, Lênin diz completamente outra coisa. Antes de mais nada, que a consciência política nasce do exterior da luta econômica, da mera esfera da produção, e não do exterior da luta de classes. Em seguida, que o conhecimento das relações sociais exige não uma ciência monopolizada pelos intelectuais, mas o conhecimento da relação recíproca de todas as classes entre si e com o Estado, ou seja, um ponto de vista da totalidade das relações de produção, de circulação e de reprodução que caracterizam

¹⁵ Cf. Kautsky (1901-1902).

¹⁶ [N.T.]: nesta citação e na seguinte, Bensaïd recupera de maneira sutilmente mais desenvolvida uma passagem à qual já havia se referido (ver Kautsky (1914; 1901-2). Cf. Lênin (2004, pp. 81; 123). [Edição brasileira: Lênin (2020, pp. 55-56; 95-96)].

o capital. Enfim, que para produzir um tal conhecimento a política de partido, diferentemente da política sindical, deve sintetizar a intervenção de seus destacamentos em todas as classes da população, e não apenas no âmbito da fábrica. Ele define assim uma lógica da hegemonia nas antípodas de um obreirismo ou de um determinismo econômico estreitos. Ele se afirma, assim, como um autêntico pensador da política como arte estratégica. No curso da sequência crucial de fevereiro a outubro de 1917, esse pensamento estratégico mostra toda a sua força, por sua capacidade de se adaptar aos fluxos e refluxos, de decifrar as relações de forças, de aproveitar o momento favorável para a ação, de variar as palavras de ordem e de passar à iniciativa¹⁷.

O entreguerras foi um período de efervescência e instabilidade, marcado pelas repercussões da revolução russa e pela luta contra o fascismo. As grandes controvérsias que resultaram então na separação entre a II e a III Internacionais se baseavam “nas lições de Outubro”, na concepção do Estado e da democracia, no tipo de partido revolucionário e na questão colonial. Para além das primeiras sínteses teóricas e organizacionais, as implicações estratégicas das experiências russa, alemã e italiana, no entanto, só foram parcialmente extraídas¹⁸. Desde o quinto congresso da Internacional Comunista (IC), o balanço da derrota, em 1923, do outubro alemão foi comprometido pela luta fracional iniciada desde o dia seguinte à morte de Lênin. O debate, que havia sido apenas iniciado, sobre as reivindicações transitórias, a frente única e o governo operário não se estendeu. Ele prosseguirá, no entanto, através de uma reflexão isolada de Gramsci ou das contribuições da Oposição de Esquerda.

A oposição paradigmática entre Oriente e Ocidente destaca a diferença entre Estados retraídos ao redor de seus aparelhos repressivos e Estados com fortes ramificações na sociedade, tendo por corolário uma forte institucionalização sindical e parlamentar do movimento operário. Disso emerge que o poder parece mais difícil de se tomar, mas mais fácil de se manter, no Ocidente, e que seria preciso distinguir o alcance universal das lições de Outubro e sua especificidade oriental ou russa. Assim, Trótski previu a eventualidade de um colapso brutal do Estado nacional, deixando um vazio de onde poderia surgir rapidamente uma forma alternativa de poder. Mas ele previu também a hipótese de uma crise longa e lenta, que permitiria uma aprendizagem progressiva do poder. O controle operário não está então reservado, como pretendia a ortodoxia nascente, ao momento paroxístico da dualidade de poder. Ele poderia começar a ser exercido em experiências locais. A diferença de abordagem vale no geral para as reivindicações transitórias, cooperativas etc. O importante, para Trótski, é evitar o fetichismo das formas organizacionais e das palavras de ordem, destacadas das relações de força e das situações concretas.

As grandes controvérsias inacabadas do entreguerras giram então em torno de uma sistematização estratégica das noções de reivindicações transitórias, frente única e hegemonia. A discussão sobre o Programa da IC se iniciará desde o verão de 1922, em vista do III Congresso, e prosseguirá até o quinto, à luz do Outubro alemão e de sua derrota (Raggioneri, 1977). Ela se cristaliza em larga medida nas “reivindicações transitórias”, que pretendiam superar o corte tradicional entre programa mínimo e programa máximo, e a antinomia formal entre reforma e revolução. Tratava-se de atribuir

¹⁷ Cf. Lênin (2017) ou ainda os telegramas cominatórios, dirigidos à direção a partir de seu refúgio na Finlândia, para convocar à insurreição.

¹⁸ Ver Lênin (2019); Luxemburgo (2017).

às reivindicações não mais um valor intrínseco, mas uma função dinâmica destinada a modificar as relações de força. Sua formulação e seu agenciamento estavam então ligados à questão da frente única na ação e seu desenlace governamental. A fórmula algébrica de “governo dos trabalhadores” iria dar lugar, duradouramente, às mais diversas e por vezes mais opostas interpretações.

A fórmula da frente única foi experimentada com a “carta aberta” de Radek e Paul Levi em janeiro de 1921, propondo uma ação comum aos aliados social-democratas. Precedendo a virada do III Congresso da IC, ela constitui um tipo de pré-estreia. Em suas “Observações provisórias”, de julho de 1922, “sobre a questão do programa da IC”, Radek tenta extrair as primeiras lições:

A época da revolução que, à escala mundial, durará provavelmente dezenas de anos, torna impossível, por sua própria duração, se situar em uma perspectiva geral. Isso coloca os partidos comunistas diante de uma série de questões econômicas e políticas como, por exemplo, a atitude em relação à defesa da democracia burguesa, a atitude em relação à política mundial do capitalismo [...]. Por trás de todas essas questões se coloca o problema do caráter da fase atual da revolução mundial, isto é, a questão de saber se nós devemos lançar reivindicações transitórias, que não são de forma alguma a concretização da ditadura do proletariado como eram, por exemplo, as reivindicações concretas do programa Spartacus, mas reivindicações que devem levar a classe operária a uma luta que poderá se tornar uma luta pela ditadura do proletariado.

Radek recusa, conseqüentemente, a separação entre tática e princípios programáticos: “Uma tal distinção rígida entre as questões táticas e as questões de programa foi até então uma característica do oportunismo, que preservava com prazer a limpeza do programa a fim de deixar as mãos livres para realizar todo tipo de sujeira no terreno da prática”.

Artesão do projeto de programa em 1922, mas oposto à experiência da NEP e à virada da frente única, Bukharin foi convertido à nova orientação após o X Congresso do Partido Comunista da União Soviética e após o III Congresso Mundial da IC. Ele retorna então para a luta entre marxismo ortodoxo e marxismo revisionista alemães para constatar a “total capitulação” do primeiro diante do segundo: “Não tínhamos observado antes, mas hoje podemos constatar de forma clara e transparente, e podemos também compreender porque isso aconteceu”. Ele coloca então a ênfase sobre o papel mal compreendido do Estado, mas continua a minimizar as reivindicações transitórias, reduzidas a simples palavras de ordem provisórias.

Em seu informe ao IV Congresso, Thalheimer retoma as razões da ruptura teórica que se produziu na social-democracia alemã a propósito da greve de massas:

Basta rever a história da II Internacional e de sua desagregação para reconhecer que é precisamente a separação entre as questões táticas e os grandes objetivos o que constitui o ponto de partida de sua derrapagem oportunista.

Isso começou com a controvérsia entre Bernstein e Kautsky sobre a tática, mas “ao longo do caminho, foram os objetivos finais que foram perdidos de vista”:

A diferença específica entre nós e os socialistas reformistas não consiste no fato de que nós queremos remover de nosso programa as reivindicações de

reformas, qualquer que seja o nome que se lhes dê, para colocá-las em “uma câmara separada”, mas no fato de que nós situamos estas reivindicações transitórias, estas palavras de ordem transitórias, na mais estreita relação com nossos princípios e objetivos.

Para resolver o confronto com Thalheimer, Lênin, Trótski, Radek, Bukharin e Zinoviev assinaram uma declaração conciliatória:

O debate sobre a questão de saber qual formulação deveria ser dada às reivindicações transitórias, e sobretudo qual lugar elas devem ocupar no programa, deu a impressão completamente falsa de que existia divergências sobre os próprios princípios. A delegação russa confirma que a inclusão de reivindicações transitórias no programa das seções nacionais, assim como sua formulação geral e sua justificação teórica na parte geral do programa, não podem ser consideradas como contaminadas por oportunismo.

Esta declaração ecumênica não resolve o debate em um sentido coerente com a abordagem de frente única, de conquista da maioria das massas, oposta às tentações *putschistas* reveladas pela ação de março de 1921.

No V Congresso, Bukharin e Thalheimer fazem frente comum contra a “virada à esquerda” e a “bolchevização” defendidas por Zinoviev em reação à derrota do Outubro alemão. O informe de Thalheimer se esforça para diferenciar as situações segundo o grau de desenvolvimento do capitalismo nos respectivos países para considerar suas consequências sobre a questão agrária, a questão nacional e o lugar dos intelectuais. Ele aborda pela primeira vez o problema do fascismo. Deixada em suspenso, a questão do programa ressurgiu com a aproximação do VI Congresso, mas assume a forma de um manifesto, cuja forma proclamatória tende a repelir a discussão estratégica¹⁹. Gramsci e Trótski prosseguem paralelamente uma reflexão estratégica, cujo programa dito de transição constituirá, para o segundo, a síntese provisória²⁰. Este programa “deve expressar as tarefas objetivas dos trabalhadores, em vez de refletir o seu atraso político”. Não se trata então de se adaptar à mentalidade das massas, mas de traçar uma perspectiva à altura da situação e de seus desafios:

Evidentemente, se eu fechar os olhos, posso redigir um belo programa bem cor-de-rosa, que todo mundo aceitaria, mas este programa não corresponderia à situação e o próprio de um programa é em primeiro lugar responder à situação objetiva.

Em sua discussão com os militantes americanos, Trótski insiste:

O objetivo do programa não está completo. O primeiro capítulo é só uma sugestão e não uma expressão acabada. O fim do programa também não está completo, porque nós não falamos ali da revolução social, da tomada do poder através da insurreição, da transformação da sociedade capitalista em ditadura e da ditadura em sociedade socialista. Isso só leva o leitor à porta: é um programa de ação atual até o início da revolução socialista [...]. Há dois perigos na elaboração do programa. O primeiro é de se manter em linhas gerais abstratas e repetir palavras de ordem gerais sem nenhuma relação com os sindicatos locais. Esta é a direção do sectarismo abstrato. O

¹⁹ Ver Trótski (1970).

²⁰ Para a discussão com os membros do SWP, ver Trótski (1972).

perigo oposto consiste em se adaptar excessivamente às condições específicas e afrouxar a linha revolucionária.

Ele cita, por exemplo, as reticências nos meios militantes americanos a respeito do armamento dos piquetes de greve.

As discussões dos anos 1920 levaram a um esclarecimento relativo a nível de princípios. Elas não forneceram, no entanto, nem receita programática geral nem manuais de instrução ou discursos do método, por fora da análise concreta de situações concretas, da avaliação precisa das relações de força e dos níveis de consciência. Elas permanecem sobretudo confusas sobre a questão governamental e suas relações com as instituições, assim como sobre as relações entre classe, partido e Estado: a independência dos movimentos sociais e sindicais diante do Estado e dos partidos, assim como o problema de princípio do pluralismo político, só começarão a ser considerados nos anos trinta²¹.

3. Hipóteses estratégicas

A estratégia revolucionária articula uma pluralidade de tempos e espaços. Ela combina a história e o acontecimento, o ato e o processo, a tomada de poder e a “revolução em permanência”. As revoluções do século XX permitem extrair grandes hipóteses estratégicas. A da greve geral insurrecional se inspira na Comuna de Paris e na insurreição de Outubro. Ela implica um confronto de desenlace rápido, tendo por desafio central a tomada de controle de uma capital e de seus centros de poder estatal. A da guerra popular prolongada se inspira nas revoluções chinesa e vietnamita; ela implica a instauração duradoura de um duplo poder territorial e zonas liberadas autoadministradas. Da revolução alemã à revolução nicaraguense, passando pela guerra civil espanhola, pelas guerras de libertação nacional, ou pela revolução cubana, as experiências do século XX apresentam uma combinação variável destas grandes características. Mas todas as estratégias subversivas tomaram de empréstimo e retornaram às categorias políticas da modernidade: soberania, mas democrática e popular; cidadania, mas social; libertação territorial e internacionalismo; guerra, mas guerra popular. Não é, portanto, surpreendente que a crise do paradigma político da modernidade encontre seu reflexo na crise das estratégias de subversão, a começar pelo desarranjo de suas condições espaço-temporais.

Henri Lefebvre sustenta que o desenvolvimento dos conhecimentos requer a implementação de hipóteses estratégicas. Elas se estabelecem sem pretender uma verdade eterna: cedo ou tarde “o jogo estratégico se vê desmanchado”. O espaço estratégico é um campo de forças e um jogo de relações. O espaço da dominação estatal é aquele em que se desdobram estratégias que determinam os lugares a se ocupar, os alvos a se alcançar, os centros de decisão a se tomar (Lefebvre, 2000, p. 354)²².

A questão abordada aqui se limita à luta pela conquista do poder político à escala nacional, que chamaremos de “estratégia restrita” para distingui-la da “estratégia

²¹ Especialmente em Trótski ([1937]1965).

²² Conferir a iniciativa dos comandos de Amadora em novembro de 1975 em Portugal, o assalto da Telefônica de Barcelona em maio de 1937, a tomada do Palácio de Inverno em 1917 na Rússia, o assalto do La Moneda pelos *putschistas* em setembro de 1973 no Chile... ou ainda a tentativa de incêndio simbólico da Bolsa de Paris em 1968.

estendida” no tempo e no espaço, que remete à teoria da revolução permanente. No quadro da mundialização, os Estados nacionais estão enfraquecidos e certas transferências de soberania ocorrem em prol de instituições supranacionais. Mas o nível nacional estrutura juridicamente as relações de classe, articula um território a um Estado e permanece decisivo na escala móvel dos espaços estratégicos²³.

As críticas que possuem uma visão “etapista” do processo revolucionário (que fazem da tomada do poder um “pré-requisito absoluto” de toda transformação social) são caricaturais ou ignorantes dos debates no interior dos movimentos revolucionários. Embora a questão estratégica possa ter sido, por vezes, resumida pela fórmula “como do nada tornar-se tudo?”, isto foi para destacar que a ruptura revolucionária é um salto perigoso, do qual pode se aproveitar um terceiro ladrão (a burocracia). É preciso, portanto, nuançá-la. Não é verdade que o proletariado não seja nada antes da tomada do poder – e é duvidoso que venha a tornar-se tudo! Tomada de empréstimo do canto da Internacional, esta alternativa do tudo e do nada visa apenas destacar a assimetria estrutural entre revolução (política) burguesa e revolução social, a primeira prolonga posições de poder, econômicas e culturais, adquiridas, enquanto a segunda tem de enfrentar uma dominação tanto econômica quanto política e cultural.

As categorias de frente única, reivindicações transitórias e governo operário, defendidas, cada um à sua maneira, por Trótski, Thalheimer, Radek e Clara Zetkin nos debates programáticos da Internacional Comunista até o seu VI Congresso, visavam precisamente articular o acontecimento revolucionário com suas condições de preparação, as reformas com a revolução, o movimento com o objetivo. As noções de hegemonia e de “guerra de posição” iam no mesmo sentido²⁴. A oposição entre Oriente (onde se supunha que o poder seria mais fácil de conquistar, mas mais difícil de manter) e o Ocidente expressam a mesma preocupação. Estas abordagens se opunham à teoria fatalista do colapso (*Zusammenbruch Theorie*) defendidas no fim dos anos vinte por economistas e ideólogos da ortodoxia stalinista nascente.

Contra as visões espontaneístas do processo revolucionário e contra o imobilismo estruturalista, nós colocamos a ênfase nos anos 60 no papel do “fator subjetivo” e na importância não de modelos, mas de “hipóteses estratégicas”. Não se tratava ali de um capricho terminológico. Um modelo é para ser copiado, com um manual de instruções. Uma hipótese é um guia para a ação, nutrido de experiências passadas, mas aberto e modificável à luz de novas experiências e circunstâncias inéditas. Não se trata de especulações, mas do que se pode reter de experiências passadas (que são o único material disponível), sabendo que o futuro não é jamais sua simples repetição: os revolucionários correm sempre um risco análogo ao dos militares, onde se diz que eles estão sempre com um atraso de uma guerra. A partir dos acontecimentos revolucionários do século XX (a revolução russa e a revolução chinesa, mas também a revolução alemã, as frentes populares, a guerra civil espanhola, a guerra de libertação vietnamita, maio de 68, a revolução portuguesa dos cravos, a Unidade Popular e o golpe de Estado no Chile, as revoluções na América Central...), duas grandes hipóteses são então extraídas. Elas correspondem a dois grandes tipos de crises, duas formas de duplo poder, dois modos de desenlace do antagonismo de classe.

²³ Ver *Critique communiste*, n° 179 (março, 2006) e 180 (novembro, 2006).

²⁴ Ver o pequeno livro de Perry Anderson (1996) sobre *Les Antinomies de Gramsci*.

Na hipótese da greve insurrecional, a dualidade de poder se reveste de uma forma principalmente urbana de tipo Comuna (não apenas a Comuna de Paris, mas também o soviete de Petrogrado, a insurreição de Hamburgo, a insurreição de Cantão, as de 36 e 37 em Barcelona...). Dois poderes opostos não podem coexistir por muito tempo em um espaço concentrado. Um desenlace rápido se impõe, que pode resultar em um enfrentamento prolongado: a guerra civil na Rússia, a guerra de libertação no Vietnã após a insurreição de 1945... Nesta hipótese, o trabalho de organização de soldados e de desmoralização do exército (na maior parte dos casos, de recrutamento) desempenha um papel importante²⁵.

Na hipótese da guerra popular prolongada, o duplo poder se reveste de uma forma mais territorial (de zonas liberadas e auto-administradas) que pode coexistir em conflito com a ordem estabelecida de modo mais durável. Mao resumiu algumas condições disso em sua brochura de 1927, “Por que o poder vermelho pode existir na China”. A experiência da república de Yan’an forneceu a ilustração disso nos anos 30. Enquanto na greve geral insurrecional os órgãos do poder alternativo são socialmente determinados pelas condições urbanas (Comuna de Paris, sovietes, conselhos operários, comitês de milícia da Catalunha, cordões industriais e comandos comunais no Chile...), na guerra popular eles se concentram em um “exército do povo” predominantemente camponês.

Entre essas duas hipóteses puras, apresenta-se toda uma gama de variantes e combinações intermediárias. A despeito de sua lenda foquista (simplificada entre outras coisas pelo livro de Debray, *Revolução na revolução*), a revolução cubana articula assim o foco de guerrilha, como núcleo do exército rebelde, e as tentativas de organização sindical e greves gerais urbanas em Havana e Santiago. A relação entre os dois foi problemática, como testemunha a correspondência de Frank País, de Daniel Ramos Latour e do próprio Che sobre as tensões recorrentes entre “a selva” e “a planície”²⁶. A narrativa oficial, que magnifica a epopeia heroica do *Granma* e seus sobreviventes, teve como função reforçar a legitimidade do Movimento 26 de Julho e do grupo castrista dirigente em detrimento de uma compreensão mais complexa do processo e de seus atores. Erigindo a guerrilha rural em modelo, esta versão mitificada da revolução cubana inspirou as experiências dos anos sessenta (no Peru, na Venezuela, na Nicarágua, na Colômbia e na Bolívia). As mortes em combate de De la Puente e Lobaton, de Camilo Torres, de Yon Sosa, de Lucio Cabanas no México, de Marighella e Lamarca no Brasil, a expedição trágica de Che na Bolívia, o quase aniquilamento dos sandinistas em 1967 em Pancasán e o desastre de Teoponte na Bolívia marcaram o fim desse ciclo.

No início dos anos 70, a hipótese estratégica do PRT argentino e do MIR chileno se inspirava bastante no exemplo vietnamita da guerra popular (e, no caso do PRT, de uma visão mítica da guerra de libertação argelina). A história da Frente Sandinista até a sua vitória de 1979 sobre a ditadura somozista ilustra a combinação destas diferentes orientações. A da tendência “guerra popular prolongada” (GPP) de Tomas Borge colocava a ênfase no desenvolvimento da guerrilha na montanha e na necessidade de um

²⁵ Cf. Brossat; Potel (1975-1976) e a obra coletiva “Crosse en l’air: le mouvement ouvrier et l’armée”, Anônimo (1970). Ver também a experiência dos comitês de soldados na França, dos SUV em Portugal e em uma perspectiva mais conspirativa o trabalho do MIR no exército chileno.

²⁶ Ver Franqui (1980).

longo período de acumulação gradual de forças. A da tendência proletária (dirigida por Jaime Wheelock) insistia nos efeitos sociais do desenvolvimento capitalista na Nicarágua e no fortalecimento da classe operária, mantendo a perspectiva de uma acumulação prolongada de forças na perspectiva de um “momento insurrecional”. A da tendência “terceirista” (dos irmãos Ortega), que sintetizava as duas outras, permitiu articular a frente do sul e o levante de Manágua.

A posteriori, Humberto Ortega resumiu as divergências nestes termos:

Eu chamo política de acumulação passiva de forças a política que consiste em não intervir nas conjunturas, em acumular forças a frio. Esta passividade se manifestava no nível das alianças. Havia também passividade no fato de que pensávamos que se podia acumular armas, se organizar, reunir recursos humanos sem combater o inimigo, sem fazer as massas participarem (Ortega, 1982)²⁷.

Ele também reconheceu que as circunstâncias haviam apressado os planos de uns e outros:

Nós convocamos a insurreição. Os acontecimentos se precipitaram, as condições objetivas não permitiram nos prepararmos antes. De fato, não podíamos dizer não à insurreição. O movimento de massas tomou tal amplitude que a vanguarda era incapaz de dirigi-lo. Não podíamos nos opor a este rio; tudo o que podíamos fazer era tomar a frente para lhe conduzir até certo ponto e lhe fornecer uma direção.

E concluiu: “Nossa estratégia insurrecional sempre gravitou em torno das massas e não em torno de um plano militar. Isto deve estar claro”. A opção estratégica implica, com efeito, uma ordenação das prioridades políticas, das áreas de intervenção e das palavras de ordem e determina a política de alianças.

De *Os dias da selva* a *O trovão na cidade*, o relato de Mario Payeras do processo revolucionário guatemalteco marca um retorno da floresta para a cidade e uma mudança de relações entre luta militar e luta política, cidade e campo. Desde 1974, *A crítica das armas* de Régis Debray registrou o balanço e a evolução das estratégias no continente latino-americano após a revolução cubana. Na Europa, as histórias desastrosas da RAF (fração armada vermelha, mais conhecida como “bando Baader-Meinhof”)²⁸ e as outras tentativas de traduzir em “guerrilha urbana” a experiência da guerrilha rural

²⁷ “La stratégie de la victoire”, entrevista para Martha Harnecker. Interrogado sobre a data da convocação à insurreição, Ortega responde: “Porque se apresentou toda uma série de condições objetivas cada vez mais favoráveis: a crise econômica, a desvalorização monetária, a crise política. E porque após os acontecimentos de setembro nós compreendemos que era necessário conjugar ao mesmo tempo e em um mesmo espaço estratégico o levante de massas a nível nacional, a ofensiva das forças militares da frente e a greve nacional na qual o patronato estava engajado ou que aprovava. Se não tivéssemos conjugado estes três fatores estratégicos em um mesmo tempo e em um mesmo espaço estratégico, a vitória não teria sido possível. Havia se convocado várias vezes a greve nacional, mas sem conjugá-la com a ofensiva das massas. As massas já estavam levantadas, mas sem que isto estivesse conjugado com a greve e quando a capacidade militar da vanguarda estava muito fraca. E a vanguarda já havia atacado o inimigo, mas sem que os outros dois fatores estivessem presentes”.

²⁸ Sem falar da efêmera tragicomédia da Esquerda Proletária na França – e das teses de July e Geismar em seu inesquecível *Vers la guerre civile* (Geismar, July e Morane, 1969).

se encerram de fato com os anos 70. Os movimentos armados significativos que conseguiram então perdurar foram aqueles que encontraram sua base social em lutas contra a opressão nacional (na Irlanda ou em Euskadi)²⁹.

As hipóteses estratégicas evocadas não são redutíveis a uma orientação militar. Elas determinam um conjunto de tarefas políticas. Assim, a concepção do PRT da revolução argentina como guerra nacional de libertação levava a privilegiar a construção do exército (o ERP – Exército Revolucionário do Povo) em detrimento da auto-organização nas empresas e bairros. Do mesmo modo, a orientação do MIR colocando a ênfase, sob a Unidade Popular, na acumulação de forças (e de bases rurais) na perspectiva de uma luta armada prolongada levou a relativizar a prova de força imposta pelo golpe de Estado e a subestimar as consequências duradouras. Miguel Enriquez, no entanto, compreendeu bem, no dia seguinte ao golpe de Estado abortado (*tankazo*) de junho de 1973, que foi um ensaio geral para o golpe bem sucedido de setembro, o curto momento propício para a formação de um governo de combate que preparasse a prova de força.

A vitória sandinista de 1979 marcou uma nova virada. É o que sustenta Mario Payeras. Ele afirma que, na Guatemala (e em El Salvador), os movimentos revolucionários não foram mais, dali em diante, confrontados com ditaduras fantoches em decomposição [*vermoulues*], mas com conselheiros israelenses, taiwaneses, estadunidenses e com estratégias sofisticadas de “baixa intensidade” e de “contra-insurreição”. Esta assimetria crescente da luta se ampliava depois à escala mundial com as novas doutrinas estratégicas do Pentágono, os novos armamentos e a guerra “fora dos limites” contra o “terrorismo”. É uma das razões (junto das revelações sobre o gulag stalinista, dos danos da revolução cultural na China e da hiper-violência da tragédia cambojana) pelas quais a questão da violência revolucionária, ainda ontem entendidas como inocente e libertadora (através das epopeias do Granma e de Che, ou através dos textos de Fanon, Giap e Cabral), tornou-se tão espinhosa.

Assistimos, assim, a certas buscas tateantes de uma estratégia assimétrica do fraco diante do forte que realizaria a síntese de Lênin e Gandhi³⁰ ou se orientaria claramente na direção da não violência³¹. Depois da queda do Muro de Berlim, o mundo, no entanto, não se tornou menos violento e seria imprudentemente angelical apostar hoje em uma hipotética “via pacífica” que nada, no “século dos extremos”, veio a validar.

A hipótese estratégica que serviu de fio condutor para a maior parte dos movimentos revolucionários nos países desenvolvidos é a da greve geral insurrecional. Ele se opunha, nos anos sessenta e setenta, às variantes de maoísmo aclimatado e às interpretações imaginárias da revolução cultural. É desta hipótese que estaríamos “órfãos”.

Ela teria tido ontem uma “funcionalidade” hoje perdida. De um lado, nos países com relações de classe complexas e de longa tradição parlamentar, uma dualidade de poder não poderia surgir repentinamente, do nada, sob a forma de uma pirâmide de soviets ou conselhos em total exterioridade com relação às instituições existentes.

²⁹ Ver Dissidences (2006).

³⁰ É o tema de textos recentes de Étienne Balibar.

³¹ O debate sobre a não violência na revista teórica (*Alternative*) da Rifondazione Comunista possui relação com seu curso atual.

Embora uma visão como esta possa ter existido no esquerdismo juvenil de 68, ela foi muito rapidamente corrigida³². Está claro, *a fortiori*, nos países de tradição parlamentar mais que centenária, onde o princípio do sufrágio universal está solidamente estabelecido, que não se poderia imaginar um processo revolucionário sem uma transferência de legitimidade em prol de formas de democracia direta ou participativa, em interação com as formas representativas. Na revolução nicaraguense, o fato de se organizarem eleições “livres” em um contexto de guerra civil e de estado de sítio pode ser discutido, mas não o princípio de tais eleições. Por outro lado, os sandinistas poderiam ser criticados pela supressão de um “conselho de Estado” dos movimentos sociais que poderia ter constituído um tipo de segunda câmara social e um polo de legitimidade alternativa diante do parlamento eleito³³.

O problema essencial não é o das relações entre democracia territorial e democracia no local de trabalho (a Comuna, os soviets e a assembleia popular de Setúbal em 1975 também eram estruturas territoriais), nem mesmo o das relações entre democracia direta e democracia representativa (toda democracia é parcialmente representativa, e o próprio Lênin jamais sustentou a ideia de um mandato imperativo), mas o da formação de uma vontade geral. A crítica dirigida (pelos eurocomunistas ou por Norberto Bobbio nos anos setenta) à democracia de tipo soviético visava sua lógica corporativista: uma soma (uma pirâmide) de interesses particulares (locais, de empresa, de escritório), vinculados por mandato imperativo, não poderão formar uma vontade geral. A subsidiariedade democrática tem igualmente seus limites: se os habitantes de um vale se opõem à passagem de uma estrada ou os de uma cidade a um aterro sanitário, para lhes remeter ao vale ou cidade vizinhos, uma forma de centralização arbitral parece necessária para resolver os litígios buscando, sem garantia de alcançá-lo, o interesse comum³⁴. A mediação de partidos (e sua pluralidade) é necessária para produzir proposições sintéticas a partir de pontos de vista particulares.

Também se critica a abordagem transitória por parar no limiar da questão do poder e por confiar em um improvável *deus ex machina*; ela suporia que a questão do poder seria resolvida pela espontaneidade efusiva das massas e pela irrupção generalizada da democracia soviética. Uma discussão sobre a formulação das reivindicações transitórias e sobre sua variação em função das relações de força e dos níveis de consciência é legítima. Mas as questões que concernem à propriedade dos meios de produção, de comunicação e de troca ocupam um lugar central, quer se trate de uma pedagogia do serviço público, da temática dos bens comuns da humanidade ou da ques-

³² Ver Ernest Mandel, especialmente em suas polêmicas contra as teses eurocomunistas. Ver seu livro sobre o eurocomunismo na pequena coleção Maspero, sua resposta a Althusser e Ellenstein (La Brèche) e sobretudo sua entrevista na *Critique communiste* (Mandel, 1978). [N.T.]: a entrevista mencionada foi realizada por Henri Weber e foi publicada em 1976 no nº 8-9 da revista *Critique Communiste* sob o título “Sobre a estratégia revolucionária na Europa ocidental”. Ela encontra-se traduzida como primeiro capítulo do livro *Marxismo Revolucionário Atual* (Rio de Janeiro: Zahar, 1981).

³³ Em uma escala mais modesta, seria útil voltar à dialética entre a instituição municipal eleita pelo sufrágio universal e os comitês do orçamento participativo de Porto Alegre.

³⁴ A experiência do orçamento participativo à escala de Estado do Rio Grande do Sul oferece exemplos concretos de atribuição de créditos, de hierarquia de prioridades, de repartição territorial de equipamentos coletivos etc.

tão cada vez mais importante da socialização dos saberes (oposta à propriedade privada intelectual). Do mesmo modo é importante explorar as formas possíveis de socialização do salário através de sistemas de proteção social, para caminhar na direção do desaparecimento do salariato. Enfim, à mercantilização generalizada se opõem as possibilidades abertas pela extensão das esferas de gratuidade (ou de “desmercantilização”) não somente aos serviços, mas também a certos bens de consumo necessários.

A questão mais espinhosa de uma abordagem transitória, deixada de lado pelas discussões e experiências do entreguerras, é a do “governo operário” ou “governo dos trabalhadores”. Os debates sobre o balanço da revolução alemã e do governo da Saxônia-Turíngia, durante o V Congresso da Internacional Comunista, mostram toda a ambiguidade não resolvida das fórmulas dos primeiros congressos da IC e o leque de interpretações a que elas deram lugar. Em seu informe diante dos delegados desse congresso, Treint destacou que “a ditadura do proletariado não cai do céu: ela deve ter um começo, e o governo operário é sinônimo do início da ditadura do proletariado”. Ele denuncia, por outro lado, a “saxonização” da frente única:

A entrada dos comunistas em um governo de coalização com pacifistas burgueses para impedir uma intervenção contra a revolução não era errada em teoria, mas governos como o do Partido Trabalhista ou o do Cartel das Esquerdas fazem com que a democracia burguesa reencontre um eco em nossos próprios partidos.

No debate sobre a atividade da Internacional, Smeral declara diante deste mesmo congresso:

Quanto às teses dos comunistas tchecos, de fevereiro de 1923, sobre o governo operário, nós estávamos todos convencidos, ao redigi-las, de que elas estavam em conformidade com as decisões do IV Congresso. Elas foram adotadas por unanimidade.

Mas, acrescenta ele, “no que pensam as massas quando elas falam de governo operário?”:

Na Inglaterra, elas pensam no Partido Trabalhista, na Alemanha e nos países em que o capitalismo está em decomposição, a frente única significa que os comunistas e os social-democratas, em vez de se combaterem quando a greve irrompe, marcham ombro a ombro. O governo operário tem, para essas massas, o mesmo significado, e quando se utiliza esta fórmula elas imaginam um governo de unidade de todos os partidos operários.

E Smeral prossegue: “Em que consiste a profunda lição da experiência saxônica? Antes de tudo, nisto: não se pode saltar com os pés juntos de um só golpe, sem tomar impulso”.

Ruth Fisher lhe responde que enquanto coalizão de partidos operários, o governo operário significaria “a liquidação de nosso partido”. Mas em seu informe sobre a derrota do Outubro alemão, Clara Zetkin afirma o inverso:

A propósito do governo operário e camponês, não posso aceitar a declaração de Zinoviev segundo a qual ele se trataria de um simples pseudônimo, sinônimo ou deus sabe que homônimo da ditadura do proletariado. Isso pode ser apropriado para a Rússia, mas não ocorre o mesmo nos países em que o

capitalismo está vigorosamente desenvolvido. Lá, o governo operário e camponês é a expressão política de uma situação em que a burguesia já não pode mais se manter no poder, mas onde o proletariado não está ainda em condição de impor sua ditadura.

Com efeito, Zinoviev definiu como “objetivo elementar do governo operário” medidas tão pouco elementares como o armamento do proletariado, o controle operário sobre a produção, a revolução fiscal...”.

Relendo essas intervenções, e ainda de outros, tem-se uma impressão de grande confusão. Ela traduz uma contradição real e revela um problema não resolvido, ainda que a questão tenha sido colocada “à quente”, em uma situação realmente revolucionária ou pré-revolucionária. Ela não poderia ter sido solucionada por um manual de instruções válido para todas as circunstâncias. No entanto, é possível extrair critérios combinados de participação em uma coalizão governamental: que essa participação se inscreva em uma situação de crise e de ascenso significativo da mobilização social; que o governo em questão se comprometa a iniciar uma ruptura com a ordem estabelecida (por exemplo, mais modestamente que o armamento exigido por Zinoviev, uma reforma agrária radical, “incursões despóticas” no domínio da propriedade privada, abolição de privilégios fiscais, uma ruptura com as instituições – as da V República na França, as dos tratados europeus os dos pactos militares...); enfim, que a relação de forças permita aos revolucionários, se não garantir a manutenção dos compromissos estabelecidos por seus aliados, ao menos lhes fazer pagar um preço forte por eventuais descumprimentos.

A questão do governo operário ecoa a da ditadura do proletariado. Hoje, esse termo ditadura evoca bem mais as ditaduras militares ou burocráticas do século XX do que a venerável instituição romana de um poder de exceção devidamente mandatado pelo Senado por um tempo limitado. Marx viu na Comuna de Paris “a forma enfim encontrada” desta ditadura, de modo que é melhor, para ser compreendido, evocar a Comuna, os soviets, os conselhos ou a autogestão do que se apegar a uma palavra fetiche que se tornou uma fonte de confusão pela história³⁵.

No entanto, com isso não ficamos livres da questão de fundo levantada pela fórmula de Marx e da importância que ele lhe atribuía. A ditadura do proletariado evoca geralmente a imagem de um regime autoritário sinônimo de ditaduras burocráticas. Ela se trata, ao contrário, no espírito de Marx, da solução democrática de um velho problema graças ao exercício, pela primeira vez majoritário, do poder de exceção reservado até então a uma elite virtuosa ou a um “triumvirato” de homens exemplares³⁶. O termo ditadura se opunha então ao de tirania enquanto expressão do arbitrário.

A ditadura do proletariado possui assim um alcance estratégico, frequentemente evocado nos debates em torno de seu abandono pela maior parte dos partidos (euro)comunistas no fim dos anos setenta. Para Marx, está claro, com efeito, que um direito novo, expressando uma nova relação social, não pode nascer na continuidade

³⁵ A Comuna, dizia, não é uma Assembleia Constituinte, mas um conselho de guerra. Ela só deve ter uma lei, “a da salvação pública”. L. Trótski prossegue: “A comuna foi a negação viva da democracia formal, pois em seu desenvolvimento ela marcou a ditadura da Paris operária sobre a nação camponesa”.

³⁶ Ver Galante-Garrone (1975).

do direito antigo, por um tipo de auto-engendramento jurídico: “entre dois direitos iguais” e duas legitimidades sociais contrárias, “é a força que decide”.

A revolução implica então, para os socialistas da II Internacional (inclusive para Kautsky, e para o Blum do Congresso de Tours) uma passagem obrigatória pela ditadura como forma proletária de um estado de exceção ligado a um estado de guerra ou de guerra civil³⁷. O que permite perenizar essas medidas de urgência é a confusão entre a exceção e a regra, confusão tão mais tenaz sendo a revolução também um processo permanente do ponto de vista internacional, e a questão das relações entre partido, Estado e conselhos ou sovietes permanecendo um ponto obscuro dos primeiros congressos da Internacional Comunista. A ditadura do proletariado pode então ser interpretada como ditadura do partido, ou mesmo do partido único, como o faz Trótski em *Terrorismo e comunismo*:

Fomos acusados mais de uma vez por ter substituído a ditadura dos sovietes pela do partido [...]. Nesta substituição do poder da classe operária pelo poder do partido não há nada de fortuito, e mesmo, no fundo, não há aí nenhuma substituição. É completamente natural que em uma época em que a História coloca na ordem do dia a discussão destes interesses em toda a sua extensão, os comunistas se tornem os representantes da classe operária em sua totalidade (Trótski, 1963, p. 170).

A ditadura do proletariado significa então “em substância” – no fogo da guerra civil – “a dominação imediata de uma vanguarda revolucionária que se apoia sobre as massas pesadas e que obriga, quando necessário, os retardatários a se juntarem”. Isso também se relaciona com os sindicatos:

após a conquista do poder pelo proletariado, os sindicatos assumem um caráter obrigatório [...]. Quanto mais se avança, mais os sindicatos compreendem que são os órgãos produtores do Estado soviético [...]. Eles se encarregam de estabelecer a disciplina de trabalho, exigem dos operários um trabalho intensivo nas mais penosas condições [...]. A obrigação do trabalho seria impossível sem a aplicação, em uma certa medida, de métodos de militarização do trabalho (*ibidem*, p. 173).

Ter-lhe-á sido necessário compreender em toda a sua amplitude os perigos profissionais do poder e a lógica do monopólio burocrático do poder para que Trótski

³⁷ Para Trótski, é “evidente” que se a revolução se atribui como tarefa a abolição da propriedade individual, “não fará isso por outro meio senão pela realização da concentração de todos os poderes de Estado nas mãos do proletariado, criando um regime de exceção durante o qual a classe governante não se deixará guiar pela observação de normas calculadas por um tempo muito longo, mas por considerações revolucionárias em conformidade com o objetivo [...]. A ditadura é indispensável porque ela se trata não de uma mudança do caráter privado, mas da própria existência da burguesa. Sobre esta base, nenhum acordo é possível [...]. Renegando à ditadura revolucionária, Kautsky dissolve a questão da conquista do poder pelo proletariado na da conquista de uma maioria durante uma futura campanha eleitoral [...]. O fetichismo da maioria parlamentar não implica apenas o renegar brutal da ditadura do proletariado, mas também o do marxismo e da revolução em geral” (Trótski, 1963, pp. 46-47). Trótski se pronuncia contra a pena de morte infligida pelas cortes marciais, mas ao executar conspiradores contrarrevolucionários ele afirma agir “conforme às leis da guerra” (*ibidem*, p. 105).

chegue, em *A revolução traída*, a uma crítica teórica do regime de partido único e a uma defesa de princípio do pluralismo.

No período da guerra civil, Lênin permanece mais próximo do espírito de Marx. Diante da resistência desesperada dos possuidores, a vitória do proletariado “só pode ser uma ditadura”, mas esta deve ser uma “ditadura democrática”, cujo objetivo é “introduzir a democracia de forma total e conseqüente, até a proclamação da república”, e “extirpar os restos do despotismo asiático” (Lênin, 1970, p. 105)³⁸. Ele recorda especialmente que as tarefas atribuídas por Marx à ditadura em 1848 não implicam “nada diferente da ditadura democrática revolucionária”. Ele insiste, então:

Em um período de guerra civil, todo poder vitorioso só pode ser uma ditadura, mas pode haver uma ditadura da minoria sobre a maioria, de um grupúsculo policial sobre o povo, e pode haver também uma ditadura da imensa maioria sobre um grupúsculo de opressores (*ibidem*, p. 129).

Ele define a ditadura como “um poder que não é limitado por nenhuma lei”, ou como “um poder ilimitado, por fora da lei, que se apoia na força no sentido mais direto da palavra”, ou ainda como “nada diferente de um poder sem nenhuma limitação, que nenhuma lei, nenhuma regra, vem a restringir, que se apoia diretamente na violência” (*ibidem*, pp. 131-133). Essas fórmulas evocam uma dialética da força e do direito, e o papel da violência como momento de fundação do direito: “A ditadura é um poder que se apoia diretamente sobre a violência e não está amarrado por nenhuma lei” (*ibidem*, p. 279). Isso pode ser a definição exata da “ditadura soberana”, distinguida por Schmitt da ditadura comissária. A fonte do poder não é a lei parlamentar, mas a “iniciativa das massas”, “um golpe de força direto”, ou seja, o exercício de um poder constituinte (*ibidem*, p. 185).

Na medida em que a “supressão das classes” supõe a do Estado burguês e a derrubada da ditadura do capital, “a questão da ditadura do proletariado é a questão essencial do movimento operário moderno em todos os países capitalistas” (*ibidem*, p. 436). Isso mostra até que ponto, para Lênin como para Marx, esta questão “essencial” diz respeito menos às formas institucionais e à duração do regime de exceção (Lênin chega a afirmar, fiel ao espírito de *O Estado e a revolução*, que esta ditadura é um poder “sem nenhuma polícia” (*ibidem*, p. 133)) do que à necessária ruptura de continuidade, inclusive jurídica, entre duas dominações e duas legitimidades. Por mais paradoxal que isso possa parecer, não apenas a ditadura do proletariado assim compreendida não é incompatível, para Lênin, com a perspectiva de desaparecimento do Estado, como ela é o seu primeiro episódio.

19 de maio, 2007

³⁸ Andreu (2004); Lênin (1970, p. 105).

Referências

- ANDREU, Maurice. *L'Internationale communiste contre le capital*. Paris: Actuel Marx, Puf, 2004.
- ANDERSON, Perry. *Sur Gramsci*. Paris: PCM, 1978.
- ANDERSON, Perry. "The antinomies of Antonio Gramsci", *New Left Review*, I, 100, 1996, pp. 5-78.
- ANÔNIMO. *Crosse en l'air: le mouvement ouvrier et l'armée, 1900/1914*, Paris: Maspero, 1970.
- ANTONINI, Bruno. *État et socialisme chez Jean Jaurès*. Paris: Éditions L'Harmattan, 2004.
- BENJAMIN, Walter. *Thèses sur le concept d'Histoire*. [BENJAMIN, Walter. "Sobre o conceito da história". In: BENJAMIN, Walter. *Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura*. Obras escolhidas, vol. 1. 7ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1994].
- BENSAID, Daniel. "La politique comme art stratégique". In: BENSAID, Daniel. *Un monde à changer: mouvements et stratégies*. Paris: Textuel, 2011.
- BROSSAT, Alain; POTEL, Jean-Yves. *Anthologie de l'antimilitarisme révolutionnaire*. Paris: Union générale d'éditions, 1975-1976.
- DEBRAY, Régis. *La critique des armes*. Tome I. Paris: Seuil, 1974.
- DEBRAY, Régis. *Révolution dans la révolution?: lutte armée et lutte politique en Amérique latine*. Paris: Maspero, 1967.
- DISSIDENCES. *Révolution, lutte armée et terrorisme*, Volume 1. Paris: Éditions L'Harmattan, 2006.
- FRANQUI, Carlos. *Diary of the Cuban Revolution*. New York: Viking Press, 1980.
- GALANTE-GARRONE, Alessandro. *Philippe Buonarroti et les révolutionnaires du XIXe siècle, 1828-1837*. Paris: Champ libre, 1975.
- GEISMAR, Alain; JULY, Serge; MORANE, Erlyne. *Vers la guerre civile*. Paris: Éditions et publications premières, 1969.
- KAUTSKY, Karl. "Die revision des programms der Sozialdemokratie in Oesterreich", *Die neue Zeit*, 20. Jahrgang, 1. Band: 68-82, 1901-1902.
- KAUTSKY, Karl. *O caminho do poder*. São Paulo: Hucitec, 1979.
- KAUTSKY, Karl. "Zwischen Baden und Luxemburg", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 652-667, 1910a.
- KAUTSKY, Karl. "Une nouvelle stratégie", *La voie occidentale*, 1910. [KAUTSKY, Karl. "Eine neue Strategie", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 332-341, 364-374, 412-421, 1910b].
- KAUTSKY, Karl. "Et maintenant?", *La voie occidentale*, 1910. [KAUTSKY, Karl. "Was nun?", *Die neue Zeit*, 28. Jahrgang, 2. Band: 33-40, 68-80, 1910c].
- KAUTSKY, Karl. *The Class Struggle (Erfurt Program)*. Chicago: Charles H. Kerr & Co. 1910d [1892].
- KAUTSKY, Karl. "La nouvelle tactique", *La voie occidentale*, 1912. [KAUTSKY, Karl, "Die neue Taktik", *Die Neue Zeit*, 30. Jahrgang, 2. Band: 654-664, 688-698, 723-733, 1911-1912].

- KAUTSKY, Karl. “L’action des masses”. [KAUTSKY, Karl. *Der politische Massenstreik. Ein Beitrag zur Geschichte der Massenstreikdiskussionen innerhalb der deutschen Sozialdemokratie*, Berlin: Buchhandlung Vorwärts Paul Singer GmbH, 1914].
- KAUTSKY, Karl. *Le Programme socialiste, commentaire du programme d’Erfurt, 1892-1898*. Paris: Les bons caractères, 2004
- KAUTSKY, Karl. “L’action de masse”, *La voie occidentale*. [KAUTSKY, Karl. *Karl Kautsky: selected political writings*. London: Macmillan, 1983.
- LEFEBVRE, Henri. *La Production de l’espace*. Paris: Anthropos, 2000.
- LÊNIN, Vladimir I. *Que faire?*, Paris: Éditions Science marxiste, 2004, pp. 81 e 123. [LÊNIN, Vladimir I. *Que fazer?: questões candentes de nosso movimento*. São Paulo: Boitempo, 2020]
- LÊNIN, Vladimir. *A falência da II Internacional*. São Paulo: Kairós, 1979.
- LÊNIN, Vladimir. *Cadernos filosóficos*. São Paulo: Boitempo, 2018.
- LÊNIN, Vladimir I. *O esquerdismo: doença infantil do comunismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2014.
- LÊNIN, Vladimir I. “Teses de abril”. In: MARX, K.; ENGELS, F.; LÊNIN, V. *Manifesto Comunista / Teses de abril*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LÊNIN, Vladimir I. “A revolução proletária e o renegado Kautsky”. In: LÊNIN, Vladimir I. *Democracia e luta de classes*. Textos escolhidos. São Paulo: Boitempo, 2019.
- LÊNIN, Vladimir I. *La Dictature du prolétariat*. Paris: UGE 10/18, 1970.
- LÊNIN, Vladimir. *O Estado e a revolução*. São Paulo: Boitempo, 2017.
- LEVI, Paul. “Two Documents by Paul Levi (16 March 1920–8 January 1921)”. *Historical Materialism*, v. 25.1, pp. 175–183, 2017.
- LIH, Lars T. *Lenin rediscovered: ‘What is to be done?’*. Leiden: Brill, 2005.
- LÖWY, Michael. *De la Grande Logique de Hegel à la gare de Finlande à Petrograd*. Paris: Anthropos, 1971. [LÖWY, Michael. “Da grande lógica de Hegel à estação finlandesa de Petrogrado”. In: LÖWY, Michael. *Método dialético e teoria e política*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978].
- LUXEMBURGO, Rosa. *A revolução russa*. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2017.
- MANDEL, Ernest. *Critique de l’eurocomunisme*. Paris: Maspero, 1978. [MANDEL, Ernest. *Crítica do eurocomunismo*. Lisboa: Antídoto, 1978]
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 38, 1844–51, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1982.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 41, 1860–64, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1985.
- MARX, K.; ENGELS, F. *Collected works*, Volume 46, 1880–83, Letters, London: Lawrence and Wishart, 1992.
- NEUBERG, Hans. *L’Insurrection armée*. Paris: Maspero, 1970 [1931].
- ORTEGA, Humberto. “Nicaragua: the strategy of victory, interview conducted by Martha Harnecker”. In: BORGE, Tomás *et al.*, *Sandinistas speak*. New York: Pathfinder Press, 1982.

- PANNEKOEK, Anton. "Action de masse et révolution", *La Voie occidentale*, 1912. [PANNEKOEK, Anton. "Massenaktion und Revolution", *Die Neue Zeit*, 30. Jahrgang, 2. Band: 541–550, 585–593, 609–616, 1911–1912].
- PANNEKOEK, Anton. "Marxist theory and revolutionary tactics", *In: SMART, D. A. Pannekoek and Gorter's Marxism*. London: Pluto Press, 1978.
- RAGONIERI, Ernesto. "Le programme de l'Internationale Communiste", *Cahiers d'Histoire de l'Institut Maurice Thorez*, 22: 8–52, 1977.
- SAWER, Marian. "The genesis of State and Revolution", *Socialist register 1977*, Londres: Merlin Press, 1977.
- TRÓTSKI, Leon. "Terrorisme et communisme", *UGE 10/18*, 1963. [TRÓTSKI, Leon. *Terrorismo e comunismo: uma resposta a Karl Kautsky*. São Paulo: Lavra Palavra, 2023].
- TRÓTSKI, Leon. "The lessons of October", *In: The essential Trotsky*. Londres: Allen & Unwin, 1963 [1924]. [TRÓTSKI, Leon. *As lições de outubro*. Lisboa: Antídoto, 1979].
- TRÓTSKI, Leon. *A revolução de outubro*. São Paulo: Boitempo, Edições Iskra, 2006.
- TRÓTSKI, Leon. *La révolution trahie*, 1965 [1937]. [TRÓTSKI, Leon. *A revolução traída: o que é e para onde vai a URSS?*. São Paulo: Sundermann, 2020].
- TRÓTSKI, Leon. *L'Internationale communiste après Lénine*. Paris: PUF, 1970. [TRÓTSKI, Leon. *Stálin, o grande organizador de derrotas: a Internacional Comunista depois de Lênin*. São Paulo: Iskra, 2020].
- TRÓTSKI, Leon. "Discussion sur le Programme de transition", *Classique rouge*, n. 11, Paris: Maspero, 1972. [TRÓTSKI, Leon. "(Discussions with Leon Trotsky) On the Transitional Program", *In: The Transitional Program for Socialist Revolution*. New York: Pathfinder Press, 1974].
- TRÓTSKI, Leon. *Nos tâches politiques*, 1904. [TRÓTSKI, Leon. *Our political tasks*. London: New Park Publications, 1979 [1904]].

Texto traduzido sob encomenda da Equipe Editorial